

medindo 21 m²; AUTO DE APREENSÃO Nº 053/2019 — RELATÓRIO DE APREENSÃO Nº 122B/2019, de 30/10/2019, 200 placas de grama; AUTO DE APREENSÃO Nº 054/2020 — RELATÓRIO DE APREENSÃO Nº 123B/2019, de 31/10/2019, 100 m² de grama; AUTO DE APREENSÃO Nº 002/2020 — RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 037B/2020, de 11/03/2020, 07 telhas de zinco.
FAUZI NACFUR JÚNIOR

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA

CONTROLADORIA SETORIAL DA JUSTIÇA

PORTARIA Nº 47, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2020

O CONTROLADOR SETORIAL DE JUSTIÇA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 3º e o anexo III, do Decreto nº 39.807, de 06 de maio de 2019, bem como pela delegação de competência oriunda da Portaria nº 131, de 14 de junho de 2019, publicada no DODF de 26/06/2019, p.7, em seu art.º 1º, inciso, II e no art. 211 e seguintes da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a Comissão de Sindicância, reinstaurada pela Portaria nº 39, de 09 de outubro de 2020, publicada no DODF nº 194, de 13 de agosto de 2020, concluir os trabalhos de apuração dos fatos constantes do processo nº 00400-00024466/2020-77 e apresentar relatório conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON MELO RIOS

CONSELHO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020 E 588ª REUNIÃO DO CONEN/DF

Às nove horas e quinze minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e vinte, em ambiente virtual, pelo aplicativo Zoom, reuniu-se o colegiado para a Décima Reunião Ordinária do exercício de 2020 e 588ª Reunião do CONEN/DF. Presentes os Conselheiros: A Presidente Teodolina Martins Pereira, o vice-presidente José do Nascimento Régio Martins e os demais Conselheiros: Miriam Inez Pessoa de França, Lívia Márcia Faria e Silva, Priscila Estrela Himmen, Hernany Gomes de Castro, Paula Ribeiro e Oliveira, Rogério Henrique Rezende Oliveira, Waleska Batista Fernandes, Aryadne Márcia Argôlo Muniz, Marcos Aurélio Izaías Ribeiro, Stênio Ribeiro de Oliveira, Márcio Cavalcante de Vasconcelos, Francisco das Chagas Alves Aguiar Júnior, Helena Ferreira Moura, Carolina Rebelo Soares, Célia Regina Gomes de Moraes, Valdir Alexandre Pucci e Rodrigo Barbosa da Silva. Participaram como visitantes: Maria do Socorro Garrido Simões (conselheira suplente da Sociedade Civil) Ricardo Henrique Brito Marques (conselheiro suplente do Conselho Regional de Psicologia), José Carlos Medeiros de Brito (conselheiro suplente da Secretaria de Estado de Segurança Pública), Amanda dos Santos Silva; Luana Mendes Ferreira e Nathalia Souza Viana Benevides (residentes da Secretaria de Estado da Saúde); ABERTURA DOS TRABALHOS: A Presidente Teodolina Martins utilizando-se da prerrogativa regimental, retirou o ponto número 4 da pauta e alterou o terceiro ponto de pauta para que fosse o primeiro. Ato contínuo, passou-se a aprovação das atas da 9ª Reunião Ordinária e 586ª e 2ª Reunião Extraordinária e 587ª. As atas foram aprovadas por todos os Conselheiros, com exceção da conselheira Aryadne, que se absteve. Finalizada a abertura dos trabalhos, passou-se aos pontos de pauta. APRESENTAÇÃO DE PARECER PELA CÂMARA TÉCNICA DE PREVENÇÃO ACERCA DO PROCESSO SEI Nº 04012-00003385/2019-70, ACERCA DA INSERÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E DEPENDENTES QUÍMICOS NO MERCADO DE TRABALHO; O Conselheiro Rodrigo iniciou a apresentação do parecer técnico. Registrou que o plano de trabalho do Projeto em análise está em consonância com a política sobre drogas. Em seguida, registrou que o projeto foi aprovado pela Câmara Técnica, contudo, com ressalvas, devendo ser atendidas todas as ressalvas das Assessorias Jurídicas de cada órgão participante do projeto. APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLÍTICA SOBRE DROGAS DOS CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL. O Conselheiro Rodrigo apresentou as ações da Sociedade Civil do Distrito Federal na política sobre drogas, especialmente com a população em situação de rua e as atividades de prevenção, destacando o Projeto “Barba na Rua”, as ações do Frei Rogério relacionadas à população em situação de rua e os dependentes químicos, como a escola de empreendedorismo. A conselheira Aryadne questionou ao Conselheiro como seria feita a instrução dessas ações, com base em quais premissas e fundamentações se dá a abordagem no que tange a prevenção. Sugeriu que fossem realizadas ações de capacitação para a sociedade civil. Em resposta, o conselheiro Rodrigo citou as ações realizadas pelos projetos da sociedade civil, explicando as bases teóricas dos projetos, após o tratamento à drogadição, na tentativa de reinserir os dependentes químicos na sociedade. Em seguida, a conselheira Maria Garrido questionou como se dão as ações no local conhecido como “Buraco do Rato”, no que tange à revitalização do espaço, para que os dependentes químicos sejam agentes da mudança do espaço. Em resposta, a presidente Teodolina Martins explicou que o projeto que fora analisado no início da reunião engloba diversas ações para a população de rua que se encontra no Setor Comercial Sul. Prosseguindo com a apresentação dos membros da sociedade civil, o Conselheiro José Martins iniciou sua apresentação destacando as ações específicas de capacitação que realizou durante o mandato enquanto Conselheiro da Sociedade Civil. Deu destaque a ações junto à UnB em artigo escrito

tratando da área de prevenção nas escolas do Distrito Federal, bem como junto à Fiocruz. Colocou-se também à disposição dos conselheiros para sanar quaisquer dúvidas. Por fim, o Conselheiro Valdir Pucci explicou que não conseguiu elaborar uma apresentação, pois fora convocado para participação na reunião com prazo exíguo. Finalizando o ponto de pauta, a presidente Teodolina Martins agradeceu a todos os Conselheiros da sociedade civil que apresentaram as ações na política sobre drogas. APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DA POLÍTICA SOBRE DROGAS DA CONSELHEIRA REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE. A Conselheira Priscila iniciou a sua apresentação e discriminou as várias frentes das ações da Secretaria de Estado da Saúde, especialmente no que trata a política sobre drogas. Destacou as atribuições de cada CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) existentes na estrutura da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Destacou também a unidade de acolhimento, em caráter residencial, referência para o Distrito Federal localizado em Samambaia, ao lado do CAPS, para pessoas com transtornos decorrentes do uso indevido de álcool e outras drogas. Ato contínuo, deu destaque ao projeto de implementação de residências terapêuticas. Relatou as ações realizadas dentro das diversas unidades da Secretaria de Estado da Saúde e de outras secretarias como a Secretaria de Justiça e Cidadania, Secretaria de Educação, Secretaria de Trabalho, Secretaria de Desenvolvimento Social. Ao final, relatou a necessidade de maior atenção à saúde mental e destacou a importância da atuação no CONEN para dar conhecimento, divulgar e conscientizar a população acerca dos diversos espaços oferecidos para o tratamento da dependência química. O vice-presidente José Martins agradeceu à Conselheira Priscila pelas importantes informações repassadas ao Conselho sobre as ações da Secretaria de Estado da Saúde. Passada a palavra à Conselheira Maria Garrido, esta relatou que atualmente compõe um núcleo de saúde da família, que realizam o atendimento inicial dos pacientes que serão encaminhados aos serviços de atendimento à saúde mental. Esclareceu que a maior parte das unidades básicas de saúde do Distrito Federal possuem núcleos de saúde da família. Ato contínuo, a Conselheira Waleska destacou a unidade de acolhimento localizada em Samambaia e destacou a importância do conhecimento da unidade por parte do Conselho. INFORMAÇÕES GERAIS; O secretário executivo do CONEN, Sr. Marcelo Ramos, informou o número do documento SEI que continha a lista de presença para assinatura dos conselheiros. Em seguida, informou a solicitação de licença do conselheiro Juvenal, representante titular da sociedade civil, para concorrer como vice-prefeito nas eleições do município de Belo Horizonte-MG. Ato contínuo, relatou o acompanhamento da situação do documento encaminhado à Secretaria de Justiça e Cidadania solicitando a suspensão das atividades da Comissão de Monitoramento. Esclareceu que o documento ainda não havia sido analisado e que seria realizado contato para saber dos motivos de não haver a análise. Logo após, agradeceu a participação de todos os conselheiros na Semana de Prevenção ao Uso de Drogas nas Escolas. Salientou que as ações da Semana foram importantes também para reativar o Instagram do CONEN-DF, excelente ferramenta de divulgação das atividades da política sobre drogas. Por fim, relatou que o Conselheiro e servidor do CONEN, Ricardo Brito continua com as tratativas para formulação do Edital para captação dos projetos de prevenção, importante baliza da política sobre drogas. ENCERRAMENTO; Por fim, o vice-presidente do CONEN/DF, declarou o fim dos trabalhos da ordem do dia e encerrou a plenária às 11h00min. E, para constar, foi redigida e lavrada para que, após lida e aprovada, seja assinada pela Presidente e demais Conselheiros do CONEN/DF. Teodolina Martins Pereira, Presidente do CONEN-DF e Representante da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal; José do Nascimento Régio Martins, Representante da Sociedade Civil; Miriam Inez Pessoa de França, Representante da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal; Lívia Márcia Faria e Silva, Representante da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal; Priscila Estrela Himmen; Representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Hernany Gomes de Castro, Representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal; Paula Ribeiro e Oliveira, Representante da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Rogério Henrique Rezende Oliveira, Representante da Polícia Civil do Distrito Federal; Aryadne Márcia Argôlo Muniz, Representante do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal; Marcos Aurélio Izaías Ribeiro, Representante dos Centros de Recuperação, Comunidades Terapêuticas e Similares Não Governamentais; Rodrigo Barbosa da Silva, Representante da Sociedade Civil; Francisco das Chagas Alves Aguiar Júnior, Representante do Conselho Regional de Farmácia; Stênio Ribeiro de Oliveira, Ordem dos Advogados do Brasil / Seção DF; Waleska Batista Fernandes, Conselho Regional de Serviço Social - 8ª Região; Helena Ferreira Moura, Associação Médica de Brasília; Carolina Rebelo Soares, Representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Márcio Cavalcante de Vasconcelos; Representante da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal; Célia Regina Gomes de Moraes, Representante dos Centros de Recuperação, Comunidades Terapêuticas e Similares Não Governamentais; Valdir Alexandre Pucci, Representante da Sociedade Civil.

CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ATA DA 306ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 25 de agosto de 2020, por videoconferência, às 9h, verificado o quórum regimental, deu-se a abertura oficial da 306ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a presidência do senhor Coracy Coelho Chavante, presentes os (1) Representantes Governamentais: Bruno Tavares, da Secretaria de Estado de Economia do DF; Cláudia Maya, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF; Daniel Rocha Pereira, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal; Demotê Alves Batista, da Sejus/Subsisi; Julia Galiza de

Oliveira, da Sejus; Estevão Reis, da Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal; Fabiano Carvalho dos Santos, da Secretaria de Estado de Juventude do DF; Eduardo Chaves como representante, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do DF; Giuliana Côres, da assessoria da SUBPCA; Gláucia Bernardes Leite, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana; Grazielle Nogueira, do Gabinete do Governador; Nathália Teixeira, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF; Grazielle Soares Mariano, da Secretaria de Estado da Mulher do DF; Julia Mitiko Sakamoto, da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal; Leovane Gregorio, da Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Distrito Federal; Mariana Xaênia Abreu e Mirella Patrícia Melo Ximenes, da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal do Distrito Federal; Paulo Dubois, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF; Renata de Melo Monteiro e Silva, Secretaria de Estado da Juventude do Distrito Federal; Ruht Meyre e Marise Rodrigues Santos, da Secretaria de Estado de Educação do DF, Ivana Ribeiro, da Secretaria de Estado da Saúde do DF; Vandercy Camargos, da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal; Os (2) Representantes da Sociedade Civil presentes: Coracy Coelho Chavante, presidente do CDCA e representante do Coletivo da Cidade; Alceu Avelar, representante Instituto Batucar; Cláudia Guimarães Leite, representante da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – Abrace; Caio Valente, representante da Rede Urbana de Ações Socioculturais – Ruas; Delma Dias Gomes, representante da Visão Social; Getúlio Francisco Silva, representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal; Joaquim Pedro Levino da Silva e João Henrique da Silva Barbosa, representante do Obras Sociais Centro Espírita Irmão Aureo; Valdemar Martins da Silva, representante da Casa de Ismael – Lar da Criança; Milda Moraes e Gláucia de Oliveira Lima, representante do Instituto Cláudio Coelho de Tae-Kwondo/ONG Fazer Valor; Jairo de Souza Junior, representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF – Sinproep/DF; Karina Aparecida e Jacqueline Andrioli, representante do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - Cecria; Francisco Rodrigues Correa (Beto), representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal - Sintbref/DF; Edson Ferreira Campos, representante Obras Sociais Centro Espírita Irmão Aureo; Lauro Moreira, representante do Centro Comunitário da Criança, Patrícia Andrade Santiago Silva Mello, representante da Aldeias Infantis - SOS Brasil, e Paulo Henrique, representante do Centro Salesiano do Menor. (3) Fizeram parte da reunião também: Rosana Viegas e Carvalho, do MPDFT; da DPDF: Mariana Costa; da Sejus: secretário executivo Emílio Evaristo, subsecretário da SUBPCA Maurício Cavalho, Susana Cecília Lavarello; da Secretaria Executiva: Ana Paula do Nascimento Barros, Barbara Neri, Diely de Castro Silva, Marina Maria Ventura Peixoto e João Paulo Carvalho Vinhal; da Ungef: Aline Fernandes Leite, Giovanna Ribeiro de Abreu e Luiza Arcangela; da CLDF: Fernanda Granja e Luciana Soares de Holanda e Maria Socorro Gomes Leitão (Assessora da deputada Arlete Sampaio); do Comitê Consultivo: Daniel Rodrigues Fernandes; da organização da sociedade civil: Adriana Nunes, Andre Luiz Campos, Carolina Yoshii Galli, Geama, Cassia Guimarães, Celioar Dias de Oliveira, Claudia Britto, Cynthia Chiarelli, Daise Lourenço Moisés, Dalvanis Rosa de Sousa Marques, Deuzuita Nunes de Oliveira, Elcielma dos Santos Nascimento, Estela Souza Sena, Getulio Francisco Silva, Isaac Mendes Pereira, Ivone Fernandes Gazola de Lima, Joelma Oliveira Bonfim, Juliana Miranda Damasceno Monteiro, Katy Leal, Leila de Fátima Pavanelli Martins, Lúgia kaline Dantas da Silva, Lucia Feitosa, Lucimara Cavalcante, Maria Aparecida Silva Brito, Maria Iracema Moreira Alves, Marilúcia De Fátima Souza Feitosa, Myrian Renatha Gomes Silveira, Natália Costa Severino Barbosa, Roberta Fernandes de Morais Ribeiro, Rodrigo Goes Moreira, Tatiane Talita do Couto Mangelo, Vinícius Chamone Carvalho, Wesliane Soares Nunes, François Costa Brito (Padre Gailhac); do conselho tutelar: Antônio César dos Santos Ramos, Fátima Orbage de Britto, Gustavo Henrique da Silva, Raisa Lopes, Selma Aparecida da Costa dos Santos e Vinícius Lobao. E ainda: Clarice Ziller, do SNDCA; Cláudia Regina Carvalho, Assistente Social do Terceiro Setor, Delzair Amancio da Silva, do GTPA, Graciete Santa Anna do Nascimento, da Flasco; Jaqueline de Alencar Araujo de Oliveira, da Comunidade; Odetino Pereira Dias, da Amoplan; Marcus Vinicius Costa Vianna, da SEEDF. O presidente do CDCA, Coracy Chavante, abre para leitura da pauta da reunião e para inclusão de itens. Após inclusão dos itens Edital de Egressos, por sugestão de Coracy; orçamento 2020, construção de conselhos tutelares e edital emergencial, por sugestão de Francisco Beto, e atendimento de adolescentes em comunidades terapêuticas, portaria conjunta que cria o conselho consultivo Pdad, superávit e créditos orçamentários do FDCA, por sugestão de Jairo, passa-se a deliberação da pauta, da qual constam os itens: 1. Ata da 305ª Plenária do CDCA; 2. Informes da Presidência; 3. Informes da Secretaria Executiva; 4.1. 2020 CDCA; 4.2. Edital de Egressos do Sistema Socioeducativo; 4.3 Orçamento 2020 (a. Saldo remanescente QDD: edital emergencial; b. Previsão de construção de conselho tutelar); 4.4. PLOA 2021. 4.5. Edital Comitê Consultivo – mandato 2021-2023; 4.6. Marco Setorial - designar, na Plenária, composição do grupo de trabalho; 4.7. Apresentação relatório composição do Conselho Gestor da Escola de Conselhos – processo nº 00400-00014248/2020-24; 4.8. Portaria conjunta cria conselho consultivo Pdad; 4.9. Acolhimento de adolescentes em comunidade terapêutica; 5. Relato das comissões. Em discussão e deliberação: 1. Ata da 305ª Plenária do CDCA – aprovada pelo pleno. 2. Informes da presidência – Coracy informa que participou de audiências públicas, como as de educação domiciliar, reabertura das escolas, essa com êxito, vez que o GDF recuou nesse ponto. Que esteve presente no seminário 30 anos do ECA, na CLDF. Coracy ressalta a necessidade de a Secretaria Executiva do CDCA viabilizar a designação dos novos conselheiros de Direito do CDCA. Ele pontua ainda que fez reuniões com todos os presidentes de conselhos estaduais e com o Conanda e pede esforços da Secretaria Executiva na indicação dos

delegados e na participação do CDCA na Conferência Nacional. Relata que esteve em reunião do Conselho Consultivo. Informa ainda participação em reunião conjunto MPDFT e CAF, com o objetivo de alinhar a questão da exigência do atestado regular de funcionamento das instituições, momento em que o MPDFT informou que mudou o método de avaliação das organizações e orientou que não se use o atestado dele como avaliador das organizações. Na ocasião, o MP informou que não fiscalizará todas as organizações, que o foco será naquelas que recebem ou receberam recursos públicos. Milda reforça ser desnecessário usar o atesto como critério. Patrícia menciona o caso do atesto de eficiência emitido pela PJFeis. Rosana, do MPDFT, pede que a Promotora da Infância seja incluída na discussão do atestado de regular funcionamento. 3. Informes da Secretaria Executiva – Rokmenghê relata encaminhamentos da Plenária 305, com respostas da Secretaria de Economia sobre como se calcula os recursos oriundos de tributos e voltados para o CDCA. Outro ponto informado foi acerca do ofício com solicitação de reunião conjunto MPDFT e Ministério Público de Contas do TCDF sobre a manutenção dos recursos do FDCA ao fim de cada exercício. Ele aguarda retorno desses dois órgãos com a confirmação da reunião. Rokmenghê também traz que fora enviado ofício à CLDF para tratar do Orçamento da Criança e do Adolescente – OCA, e a Câmara já confirmou recebimento. Quanto ao ofício que versa sobre consulta quanto à assinatura dos editais apenas pelo presidente do CDCA, diz que só falta assinatura do presidente desse no ofício para que seja encaminhado ao destinatário. Diz também que o MP foi oficiado sobre a Resolução 50/2020 do CDCA. Informa que a assembleia para eleição dos membros da Comissão de Ética será realizada na próxima quinta-feira. No tocante à designação dos conselheiros de Direito, Rokmenghê informa que o processo não está parado. Há apenas fluxos sendo complementados, em virtude da Nota Técnica da Casa Civil, que trouxe novas exigências de documentos, e a Secretaria Executiva aguarda o envio da documentação pelos indicados. Rokmenghê pontua a necessidade de agilidade na assinatura de documentos pelos conselheiros de Direito. Diz ainda que outro ponto resultante da Plenária 305, o de se apresentar projetos para execução dos recursos do FDCA na modalidade direta, já está em trâmite. Esse assunto foi discutido no Comitê Consultivo dos Adolescentes e foram sugeridos itens para serem adquiridos, que serão parte da estrutura do CDCA e do próprio Comitê Consultivo. Em resposta ao Coracy, Rokmenghê diz que essas demandas foram aprovadas na Plenária 294/2019, e outros itens estão propostos para serem aprovados nesta Plenária 306, dentro daquilo que o CDCA recomendou à Secretaria Executiva. Se os conselheiros aprovarem nesta Plenária, a Secretaria Executiva irá proceder aos demais encaminhamentos, completa Rokmenghê. Encaminhamento: 1) aprovada aquisição de bens apresentados pela Secretaria Executiva. 2) Aprovação do mérito da proposta de formação apresentada pela Secretaria Executiva para início das tratativas de contratação. 4.1. Edital 2020 CDCA – Rokmenghê diz que foi devolvido pela AJL, com a ressalva de que a titularidade dos bens é da Administração Pública, sem que haja prejuízo para que possam ser doados para as OSC ao final da parceria. Maurício, secretário executivo da Sejus, informa que o Edital 2020 já está aprovado, com a ressalva da AJL no tocante à titularidade dos bens. Ele lembra que o TCDF pediu vários termos de fomento para análise. Também lembra que o parecer da AJL é vinculante, de modo que não cabe ao administrador público descumprir-lo. Valdemar propõe finalizar essa discussão de propriedade dos bens para que dê agilidade no andamento dos editais, deixando essa discussão para quando da celebração da parceria. Ele sugere retirar esse item do edital. Rosana, do MPDFT, sugere que não é recomendável deixar a questão da doação para o fim da parceria. César, do conselho tutelar de Sobradinho, pergunta se tem recurso para construção de conselhos tutelares, e Coracy diz que esse item será discutido no item de pauta PLOA 2021. Milda diz que a titularidade dos bens está definida no marco regulatório e entende que será melhor atendido o interesse público se os bens ficarem com as OSC. Acrescenta que o CDCA tem que dispor sobre essa matéria em ato setorial próprio. Beto complementa a ideia de se editar uma resolução para dispor sobre a titularidade dos bens e diz que uma comissão de avaliação definirá sobre a titularidade. Ele ainda apresenta minuta da resolução. Luíza, da Ungef, entende que não se pode retirar do edital a previsão sobre a titularidade dos bens, porque isso proporciona segurança jurídica para a parte técnica. Deise alerta que a cláusula da titularidade dos bens no Decreto nº 37.843/2016 - Mrosoc não obriga que esse item esteja no edital e sugere retirar essa previsão, para que seja decidido quando da execução do termo de fomento. Para ela, é suficiente copiar o artigo do Mrosoc que versa sobre isso e colocá-lo no edital. Deise pede agilidade na liberação dos projetos voltados para o enfrentamento da Covid-19. Caio entende que a titularidade dos bens deve ser decidida caso a caso. Rokmenghê chama atenção para o fato de que o termo de fomento integra o edital, acompanhando entendimento de Diely de Castro, da Diproj. Maurício, em resposta a Rosana, MPDFT, sugere retirar do edital a questão da titularidade e se coloca à disposição para contribuir com a resolução sobre esse tema. Coracy sugere retirar o artigo 2º da resolução proposta sobre a titularidade dos bens e discuti-lo em separado na Comissão de Legislação. Maurício sugere discutir a redação da minuta com o TCDF, em reunião conjunta, para que os órgãos de controle digam sobre essa matéria. Coracy entende válido esse diálogo com o TCDF, coloca-se à disposição, mas destaca que isso deve ser desvinculado do andamento da resolução e do Edital 2020. Beto propõe redação para o artigo 9º do Edital 2020, com redação para que a titularidade dos bens seja decidida no âmbito de comissão de avaliação. Rokmenghê diz que o Mrosoc só traz duas possibilidades, e essa sugerida por Beto não é uma delas. Rosa propõe redação desse artigo com os bens para Administração Pública e possibilidade de repassá-los para as OSC, se houver interesse público. Patrícia propõe o inverso. Alceu e Milda acompanham Patrícia. Maurício, em resposta ao Alceu, entende que a sugestão de Rosana atende, e que a avaliação sobre a titularidade dos bens seria feita caso a caso, conforme o Mrosoc para o DF. João faz uma proposta de fazer referência ao artigo 31 do Mrosoc e trazer que comissão de seleção definirá sobre a titularidade, no que é acompanhado pelos demais.

A redação proposta por João é: 'A titularidade dos bens, produzidos ou transformados, será da sociedade civil, desde que a Comissão de Seleção demonstre no processo que por essa definição se atende interesse público, conforme artigo 31 do Decreto nº 37.843/2016 – Mrosco'. Coracy defende que a mesma redação seja adotada no Edital de Egresso, com alerta de Milda e Beto que esse edital é diferente do Edital 2020, por ser aquele termo de colaboração. Maurício, retornando a Alceu, dispõe a buscar celeridade na publicação do Edital 2020, já que a questão da titularidade foi equacionada. Na sequência, Rokmenghe apresenta minuta de resolução proposta por Beto, que é finalizada com ajustes feitos pelos conselheiros de Direito. Encaminhamento: (1) Aprovado o edital, com nova redação do 9.1, que passa a ser: 9.1 - A titularidade dos bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da parceria será das Organizações da Sociedade Civil desde que a Comissão de Seleção do CDCA faça constar no processo justificativa formal que demonstre que a opção por essa definição atende ao interesse público, conforme disposto no art. 31 do Decreto nº 37.843/2016. (2) Encaminham-se demais providências, visando à publicação. (3) Aprovada resolução sobre a titularidade dos bens e vai à publicação. 4.2. Edital de Egressos do Sistema Socioeducativo – Beto destaca que esse se trata de termo de colaboração, o que difere do Edital 2020. Diz que os termos desse edital podem ser definidos, item a item, pelo CDCA. Milda acredita que a regra da titularidade dos bens do Edital 2020 pode ser aplicada ao de Egressos. Encaminhamento: aprovado, com a redação prevista item 9.1, adotada quando do ponto de pauta 4.1, no que diz respeito à titularidade dos bens. Mantida demais redação. 4.3. Orçamento 2020 (a. Saldo remanescente QDD: edital emergencial; b. Previsão de construção de conselho tutelar) – Beto fala sobre o saldo remanescente, que pode ser usado também para a construção de conselhos tutelares, conforme estava previsto. Propõe que o CAF faça uma força-tarefa para usar o saldo remanescente do FDCA, por meio de um edital emergencial voltado para mitigar os efeitos da pandemia Covid-19. Que, por esse edital, sejam adquiridos bens com depreciação em no máximo dois anos. Milda levanta questão se os valores remanescentes podem ser usados para estruturação dos conselhos tutelares, e Beto ressalta que é preciso consultar o QDD, marcando que o edital emergencial seria mesmo para amenizar os efeitos da Covid-19. Lucimara torna a chamar atenção para a Resolução 170 do Conanda. Grazielle sugere que esse edital volte para apreciação no CAF. Rokmenghe alerta Beto para o fato de que, diferente dos 13 milhões ditos por ele, o saldo é de 9 milhões. Destaca ainda que é preciso se respeitar cada plano de trabalho previsto no orçamento. Grazielle chama atenção para aprovação de mais um edital com poucos recursos humanos para tocá-lo. Rokmenghe a acompanha e demonstra preocupação com a falta de recursos humanos para tocar todos esses projetos. Milda reitera a necessidade do edital emergencial. Luiza, da Ungef, também enfatiza que três editais correndo ao mesmo tempo acaba por comprometer os trabalhos da parte técnica e pede ao CDCA ação para otimizar a força de trabalho técnico no CDCA. Em resposta à Milda, Coracy relaciona uma série de ações realizadas pelo CDCA no contexto da pandemia. Coracy propõe reunião com o secretário executivo da Sejus para um construir meios para dar agilidade ao fluxo no trâmite dos processos. Rosana diz que é preciso atenção para que entidades não recebam recursos de diversas entidades públicas para atender finalidade repetida. Beto propõe sintetiza os prazos quando da execução do edital emergencial, porque isso poderia diminuir as dificuldades relacionadas aos recursos humanos. Deise traz que protocolo pedido no CDCA de retorno às atividades presenciais da Casa Azul e que ainda não teve retorno. Ela também convida o CDCA para reunir on-line sobre os protocolos que a Casa irá adotar para a segurança das pessoas atendidas. Cláudia destaca a importância do edital emergencial, mas pede mais tempo para apreciá-lo. Grazielle retoma entendimento de que o edital precisar ir ao CAF. Coracy acompanha sugestão de reunião conjunta CAF e Comissão de Políticas Públicas. No tocante ao item construção de conselhos tutelares, Beto entende que não há mais possibilidade de construção no orçamento 2020. Que seria também interesse um diagnóstico do MP sobre as condições dos conselhos tutelares. Defende que não se repita na PLOA 2021 o fato de ter orçamento, mas não se construir as unidades de conselhos tutelares. Giulliana apresenta planta com unidades de conselhos tutelares, que terão salas individualizadas, em que será assegurado o sigilo do que tratado nos atendimentos. Ela que a construção já fora aprovada pelo CDCA e que a previsão de construção no Sol Nascente, em Arniequeiras e reestruturação no da Estrutural. Patrícia chama atenção para o fato de que deve constar na lei orçamentária a questão da construção de conselhos, que não cabe a recursos do Fundo. Giulliana traz para a possibilidade de uma interpretação equivocada neste item da lei. Jairo propõe minuta de resolução do CDCA para tratar da definição dos recursos do FDCA por programa de trabalho. Encaminhamento: aprovado mérito do edital emergencial. Para discussão dos itens do edital: 1) Reunião conjunta Compmp e CAF, dia 3/9. 2) Reunião Plenária Extraordinária, 8 de setembro, com esse tema, exclusivamente. 4.4. PLOA 2021 – Beto sugere referenda a proposta do CAF e rediscutir os valores dos programas de trabalho depois. Também sugere submeter à AJL a discussão sobre normas que autorizam a construção de unidades de conselhos tutelares. Ele propõe manter, na PLOA 2021, a rubrica para construção dos conselhos tutelares. Coracy ressalta a necessidade de explicação dos programas dos recursos do FDCA. Luíza, em resposta ao Beto e ao Jairo, esclarece que os programas de trabalho são propostos de forma técnica para atender as necessidades do CDCA. Milda pede que o contexto da pandemia seja considerado na PLOA 2021. Coracy traz a proposta de se manter a PLOA 2021 como está e discutir depois os recursos destinados nos programas quando do encaminhamento dos projetos. Coracy disse que é preciso seguir o fluxo na execução dos projetos. Rokmenghe diz que não há nenhuma resolução normativa com essa matéria, e isso precisa ser regulamentado, para que a equipe técnica tenha segurança jurídica quando da execução dos projetos. E destaca que o CDCA precisa fazer resolução para orientar esses fluxos. Coracy acha que a redação da Resolução 35/2019 já traz uma orientação. Ele disse que no CAF ficou decidido que o fluxo é ir para a Compmp e depois ir ao CAF. Giulliana registra

que, quanto à construção dos conselhos tutelares, está se fazendo o que já fora decidido pelo CDCA. Beto defende consultar a PGDF para orientação jurídica sobre normas que autorizam a construção de conselhos tutelares. Giulliana entende que a autonomia do CDCA, que fez a resolução, e essa não precisa se passar pela PGDF. Beto reitera sua proposta. Alceu sugere que a análise seja feita no âmbito das Comissões. Patrícia acompanha Beto no tocante à consulta. Coracy retoma a sugestão do Alceu, para que a discussão seja feita na Comissão de Políticas Públicas. Giulliana aponta que é válido passar pelo pelas comissões e pelo pleno. Eduardo acompanha Giulliana e enfatiza que é preciso desburocratizar. Ele defende só passar pelas comissões do CDCA. Grazielle reforça que tanto a Compmp e a CAF têm essa prerrogativa. Caio defende um deadline para as comissões se posicionarem, que será definida nas próximas reuniões ordinárias da Compmp e do CAF. Beto acata disposição de passar pela Compmp, e essa faz a definição. Encaminhamentos: 1) PLOA 2021 aprovada no modelo apresentado na Plenária. CAF irá analisar os percentuais das despesas previstas para execução direta. 2) Projeto apresentado pela Giulliana, pela SUBPCA, vai para a Compmp, que convidará a Comissão do Conselho Tutelar. E na sequência para o CAF. O assunto será tratado nas próximas ordinárias da Compmp e do CAF. 4.5. Edital Comitê Consultivo – mandato 2021-2023 – Rokmenghe apresenta o edital construído e editado pelo Comitê Consultivo, voltado para eleição dos membros desse comitê. Paulo faz uma breve apresentação do Comitê para novos conselheiros, o que é e sobre o fim do mandato, que a eleição será para mandato 2021-2022. Encaminhamento: Edital aprovado. Vai à publicação. 4.6. Marco Setorial - designar, na Plenária, composição do grupo de trabalho – Coracy traz que houve uma deliberação para formar o grupo de trabalho para discutir o marco setorial. Rokmenghe projeta a minuta de resolução proposta por Jairo. Grazielle esclarece que no âmbito da Comissão de Legislação fora definida composição, que constará com membros de cada comissão, e lembra que se pode definir o prazo de trabalho, que é de 60 dias, aponta Coracy. Encaminhamento: aprovada resolução de composição do grupo de trabalho para construção do marco setorial. Vai à publicação. Composição: João e Grazielle, Bruno e Beto, Alceu e Eduardo. 4.7. Apresentação relatório composição do Conselho Gestor da Escola de Conselhos – processo nº 00400-00014248/2020-24. Rokmenghe diz que os membros de os conselhos está completo, faltando um representante de uma unidade de ensino superior. Coracy propõe publicar ato com a formação desse Conselho e trazer a apresentação da proposta para a Plenária extraordinária do dia 8 de setembro. Em resposta à Patrícia, Rokmenghe diz que na Plenária 304 fora encaminhado trâmite na execução dos recursos do FDCA, e a Escola é uma delas. Milda acha que o debate sobre esse tema está prejudicado porque vários conselheiros já saíram. Rokmenghe apresenta as linhas gerais da Escola de Conselhos, com propostas de carga horária, possíveis disciplinas e metodologia a ser exigida de eventual contratada. E a discussão dos pontos específicos será feita dentro do Conselho Gestor. Coracy destaca que o Ministério Público do Trabalho tem cobrado a implantação da Escola de Conselhos. Encaminhamentos: 1) CDCA toma conhecimento da composição do Conselho de Gestor de Conselhos. 2) Publicar ato de instituição do Comitê Gestor. 3) Agendamento de reunião entre Comitê Gestor e Comissão do Conselho Tutelar. 4) Aprovação do mérito da proposta de formação apresentada pela Secretaria Executiva para início das tratativas de contratação. 4.8. Portaria conjunta cria conselho consultivo Pdad – Jairo fala sobre portaria conjunta da Secretaria de Economia e Codeplan para fala dispor sobre a pesquisa distrital por amostra por domicílio. Diz que a Sejus faz parte desse conselho consultivo, que tem o papel de propor para a Codeplan elementos que possam ser incluídos na amostra. Ele sugere incluir na Pdad a questão dos equipamentos públicos do Sistema de Garantia. Coracy coloca que a Codeplan no passado contribui muito nas ações do CDCDA e que é importante de novo pautar essa matéria. Encaminhamento: Sejus mapear a representação para inserção do tema sistema de garantia de direitos nas pesquisas da Pdad. 4.9. Acolhimento de adolescentes em comunidade terapêutica - Caio fala do grupo de trabalho constituído para discussão de matéria do CDCA e do Conen. Ele disse que é preciso junto ao Conen trabalhar a questão de prevenção à drogas. E pede à Secretaria Executiva para indicação dos membros. Jairo diz que trouxe uma resolução para o CDCA deliberar, mas retira para aguardar reunião com demais entes interessados no tema, como o CAS. Encaminhamento: participação dos conselheiros na reunião do Conen, prevista para o dia 3 de setembro. Incluso esse tema na Plenária extraordinária dia 8 de setembro. Ao final, Rokmenghe apresenta proposta sobre registro de preço para contratação de serviços de alimentação para atender o Conselho Consultivo, para contratação de empresa de eventos, tanto para o Comitê e para os que o CDCA deseje promover. Coracy que está dentro da proposta de estruturação do CDCA. Caio defende aprovar o mérito. Encaminhamento: Aprovada contratação de serviços de alimentação e estrutura de eventos apresentada pela Secretaria Executiva para início das tratativas de contratação. Giulliana traz para apresentação o projeto de estudos e pesquisas. Rokmenghe apresenta linhas gerais. Ele diz que há previsão orçamentária no QDD para pesquisa. Diz que Eduardo e Giulliana trouxeram a proposta de monitoramento daquilo que foi decidido pelo CDCA no plano decenal. Com monitoramento das ações é possível correção de rumo e, assim, dá melhor perspectiva para garantir dos direitos de crianças e adolescentes. Ele apresenta os eixos, linhas gerais, de pesquisa. E Giulliana aponta que é a ideia é ter uma plataforma permanente para pesquisas, em resposta ao Caio traz que vem trabalhando, há mais de dois anos, com a plataforma Juvenescer, com trabalhos de pesquisa na área do socioeducativo, acompanhamento quando adolescentes completa 18 anos e políticas públicas para crianças e adolescentes. Encaminhamento: Aprovação do mérito da proposta de pesquisa apresentada pela Secretaria Executiva para início das tratativas de contratação. Plenária extraordinária marcada para o dia 8 de setembro. 5. Relato das comissões. Não houve relato. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16h50, e Josimar Almeida, da Danc, lavra a presente ata, que segue assinada pelo presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. CORACY COELHO CHAVANTE, Presidente do Conselho.